

## O RECONHECIMENTO DA CULTURA DOS AFRO-DESCENDENTES NO PROCESSO EDUCATIVO: O CURRÍCULO E AS PRÁTICAS ESCOLARES

Maria José dos Santos<sup>1</sup>

Graça Elenice dos Santos Braga<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo foi resultado de análises de pesquisas bibliográficas, aprofundadas em sala de aula, no âmbito da academia e da escola pública, com a perspectiva de investigar o currículo na concepção dos referidos autores e como a cultura dos afro-descendentes vem sendo incorporada na proposta curricular, sobretudo no que diz respeito ao ensino de História.

**PALAVRAS - CHAVE:** Currículo, Ensino de História, Cultura dos afro-descendentes

### ABSTRACT

This article was the result of analysis of library research, detailed in the classroom, within the academy and public school, with the prospect of investigating the curriculum in the design of these authors and how the culture of afro-descent has been incorporated into the proposal curriculum, particularly with regard to the teaching of history.

**KEY WORDS:** Curriculum, Teaching of History, Afro-descent culture

Na trajetória da história da educação brasileira, um dos maiores desafios que o sistema de ensino atual enfrenta é a efetivação de políticas públicas na educação, gerando, no currículo e no cotidiano escolar, o desconhecimento dos valores culturais trazidos da realidade do/a educando/a, especialmente, sobre a cultura afro-brasileira. É a partir desse reconhecimento que compreendemos a educação como um processo de construção de sujeitos, pois sabemos que o direito à educação não significa simplesmente o acesso a ela, mas que a

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação: História, Política, Sociedade - PUC/SP. E-mail: mazeomin@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora no Ensino de História em Pernambuco. E-mail: negraca1304@yahoo.com.br

mesma seja de qualidade e assegure a igualdade de oportunidades proporcionando o respeito à identidade e à individualidade de cada um.

Sabemos que a educação, sob as suas diversas formas, tem como um de seus objetivos criar vínculos sociais que tenham a sua origem em referenciais comuns. Os meios utilizados para tanto abrangem as culturas e as circunstâncias mais diversas, mas, em todos os casos, a educação tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social. Levando em consideração os dados apresentados pelo IBGE (2010), os afro-descendentes correspondem a 51,1% da população brasileira, mas ainda buscam o acesso e permanência nas instituições de ensino. Por isso, a realidade educacional dos afro-descendentes, assim como dos indígenas, no Brasil, tem sido, nos dias atuais, um dos principais eixos de discussão e reflexão para os políticos, gestores, movimentos sociais e pesquisadores.

Por observar que são as questões étnico-raciais um dos maiores desafios para a educação brasileira e, especialmente, para a efetivação das alterações nas propostas curriculares no tocante ao ensino de história nas escolas públicas, é que propusemos, nesse trabalho, com base nas bibliografias estudadas e na prática pedagógica do ensino de história, destacar a relevância de como estão sendo remetidos os elementos da cultura afro-brasileira na proposta curricular.

Sendo assim, almejamos uma educação que em seu currículo sejam reconhecidos e respeitados os valores existentes na realidade trazida pelos/a estudantes, independentemente do seu pertencimento étnico/racial.

A escolha deste tema tem como base as nossas vivências em uma prática transformadora nas escolas públicas como pesquisadoras e educadoras, trazendo, assim, o desejo de colaborar com as mudanças sociais através de políticas públicas na perspectiva da equidade.

### **Aproximando-nos dos conceitos de Currículo**

Para nos aproximar do entendimento do que seja currículo, buscamos embasamento nas reflexões de Goodson (2001, p. 61), ao afirmar que:

O termo deriva do latim *correre*, que significa correr e se refere a uma pista de corrida (ou a um carro romano de corrida). As implicações etimológicas remetem-nos para a concepção de currículo construído socialmente e definido como um percurso a seguir ou, mas significativamente, a apresentar.

Partindo desta afirmação, o autor faz perceber que, nos estudos sobre educação, o currículo é uma “palavra chave” que tem o sentido completo em sua definição. Comenta também a importância de analisarmos com profundidade a utilidade do termo e o seu lugar no nosso discurso educativo, pois, tal como outra qualquer reprodução, é motivo para todo tipo de mudanças, de interesses e de relações, de dominação. Essa reflexão do autor é pertinente, e nos leva a pensar a trajetória da educação brasileira, isto é, como o currículo tem sido fonte de sustentação de diversos conflitos existentes sobre a definição do mesmo escrito, oferecendo provas visíveis, públicas e documentais de luta contínua sobre as aspirações e intenções da escolarização. Goodson (2001, p. 59) analisa essa questão da seguinte forma:

A luta em volta da definição de currículo é uma questão tanto de prioridades sociais e políticas como de discursos intelectuais. A história dos conflitos curriculares do passado necessita, portanto, ser recuperada. De outro modo, os nossos estudos da escolarização deixarão por questionar e analisar um conjunto de prioridades e de pressupostos que deveriam estar no centro da nossa compreensão e do funcionamento prático da escola.

Observa, dessa forma, no processo de ensino, o reconhecimento da importância do currículo nos últimos anos, e como ele se torna o alvo distinto das atenções das autoridades. Nesse contexto, Moreira (1997) destaca que o currículo constitui, hoje, uma atenção especial dos responsáveis pela educação. Sua centralidade no panorama educacional brasileiro contemporâneo pode ser atestada pelas constantes reformulações dos currículos dos diversos graus de ensino, bem como pelo incremento da produção teórica do campo. Concordamos com o autor quando afirma que o campo do currículo no Brasil vem adquirindo visibilidade: “Os atuais estudos dos currículos brasileiros refletem também a incorporação de elementos e categorias do pensamento pós-moderno, dos estudos culturais, bem como dos estudos que enfocam questões de gênero e raça” (MOREIRA, 1997, p. 7).

Ressaltamos que essa incorporação propõe ao sistema de ensino um repensar a educação na perspectiva que seja para todos os cidadãos, independentemente de etnia ou classe social, e que esteja aberta para o rico universo cultural existente, elevando o desempenho e a participação de sujeitos dentro do processo educativo como protagonista de mudanças sociais.

Em nosso país, é fundamental reformular o entendimento de currículo para que, dessa forma, considere a diversidade cultural existente por meio de propostas que fortaleçam o combate às práticas racistas e discriminatórias no interior da escola. É importante também garantir a efetivação de políticas educacionais que proporcionem, de fato, o acesso ao conhecimento e a valorização da diversidade cultural existente no Brasil.

Para se ter uma idéia da urgência dessa mudança no currículo, o último relatório da Fundação das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2009) apresenta o dado de que 97,6% das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos estão matriculados na escola, o que representa cerca de 27 milhões de estudantes. Esses 2,4% podem parecer poucos, mas representam 680 mil crianças fora da escola. É mais do que a população do Suriname. E desse total de crianças fora da escola, 66% (450 mil) são negras. Dessa forma, é nítida a presença da desigualdade étnico/racial e a desconsideração à própria Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e que sofre alterações com a implementação da Lei 10.639/03 que determina o ensino da História e Cultura Afro Brasileira nos ensinos fundamental e médio, ao afirmar, em seu § 1º, que:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e a produção de conhecimentos, bem com atitudes posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de sua identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2005).

Embora tenhamos o respaldo da Lei, sabemos o quanto é desafiador efetivar políticas públicas em nosso país, pois as seqüelas do período de escravização da população negra permanecem nos livros de história do Brasil: a sua contribuição na construção da sociedade, na economia e cultural é omitida. Desse modo, buscamos compreender como as Novas Diretrizes Curriculares têm conseguido romper com o silêncio diante dessas situações

freqüentes de exclusão e banalização de uma maioria da população brasileira. Como explica Candau (2002, p. 47 - 48):

Neste processo crescente de exclusão, que assume novas caras e dimensões no continente, os mais afetados são os "outros", os diferentes, os que não têm acesso ao processo de globalização em suas diferentes dimensões, estão configurados por culturas que se resistem a colocar no centro a competitividade e o consumo como valores fundamentais da vida, questionam os estereótipos de gênero presentes nas nossas sociedades, lutam diariamente pela sobrevivência e pelos direitos humanos básicos que lhe são negados.

Nesse sentido, esta análise faz um contraponto com a reflexão de Moreira (1997) para pensar o currículo do ponto de vista que constitui significativos instrumentos utilizados por diferentes povos tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, como para socializar as crianças e jovens segundo valores tidos como desejáveis. Em virtude da importância desses processos, a discussão em torno do currículo torna-se um destaque no conhecimento pedagógico.

### **Refletindo Currículo e Cultura afro- brasileira**

Na perspectiva de aprofundar a necessidade de construir um elo entre currículo e cultura no processo educativo, refletimos a partir dos escritos de Forquin (1993). O autor introduz a relação currículo e cultura fazendo uma análise que é pertinente em relação à pedagogia, e enfatizando que toda pedagogia é cínica, isto é, consciente de si como manipulação, mentira ou pensamento fútil. Conclui: ninguém pode ensinar verdadeiramente se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida a seus próprios olhos. Prossegue Forquin: "Entretanto o pensamento pedagógico contemporâneo não pode se esquivar de uma reflexão sobre a questão da cultura e dos elementos culturais dos diferentes tipos de escolhas educativas, sob pena de cair na superficialidade" (1993, p. 10).

Essa reflexão é fundamental, pois ela nos leva a referir à população negra os efeitos das teorias, das ações e relações que fazem do sistema atual de ensino um dos principais veículos de sustentação da exclusão do afro-descendente no Brasil, distorcendo um rico universo cultural que é parte integrante e viva da formação do povo brasileiro. A diversidade étnico-cultural vai mostrar que os indivíduos sociais e históricos são também culturais. Isso indica que é necessário repensar a escola e suas práticas pedagógicas, rompendo com a seletividade, fragmentação, corporativismos e racismo, até então existente. O rompimento

poderá ocorrer se compreendermos cultura na perspectiva de Forquin (1993, p. 11) e do ponto de vista das ciências sociais, entendendo que:

A cultura considerando como um conjunto dos traços característicos do modo de vida de uma sociedade, de uma comunidade ou de um grupo, aí compreendidos os aspectos que se podem considerar como os mais cotidianos, os mais triviais ou mais “inconfessáveis”.

Não obstante, atingir esse patamar em uma sociedade que apresenta uma realidade desigual e discriminatória impõe um novo modelo de organização das instituições de ensino, e especialmente de um currículo visto como principal instrumento do conhecimento escolar, que garanta o acesso à permanência, bem como o sucesso dos seus alunos, sejam esses negros, índios ou brancos.

Portanto para compreendermos a função da cultura no currículo, destacamos mais uma vez Forquin (1993, p. 14) ao afirmar que:

Neste sentido pode-se dizer perfeitamente que a cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última: a educação não é nada fora da cultura e sem ela. Mas reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação, através do trabalho paciente e continuamente recomeçado de uma “tradição docente” que a cultura se transmite e se perpetua: a educação “realiza” a cultura como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçada, fio precário e promessa necessária da continuidade humana.

Assim, é partindo do contexto expresso pelo autor que acreditamos na possibilidade da escolarização poder superar um dos seus grandes desafios: o reconhecimento que somos um país intercultural. Desse modo, o currículo tem urgência em ser adaptado a uma realidade mais abrangente que até então, quebrando com as arestas do passado, onde está voltado para as elites brasileiras e numa visão homogênea de seus habitantes.

O novo modelo de currículo brasileiro deve apresentar conteúdos que contribuam para que os afro-descendentes se vejam contemplados, com seu rico universo cultural e não simplesmente incluídos, por serem diferentes; mas que essa diferença, de fato, seja aceita e que possa contribuir no processo educativo.

Compreende-se, assim, os impactos produzidos pelas políticas educacionais nos processos educativos das escolas públicas na perspectiva de superação do racismo, enquanto vetor fundamental para a formação de seres humanos capazes de elevar a cultura de seu destino, expressando a rica diversidade racial e cultural de nossa sociedade. Desse modo, entendemos que esta seja mais uma contribuição especialmente na nossa formação como pesquisadores e a prática pedagógica docente, possibilitando um debate mais crítico a

respeito do currículo e a cultura dos afro-descendentes no processo educativo; na perspectiva de uma proposta curricular mais consistente para todos os/as excluídos/as que acreditam, resistem e insistem em uma educação para o exercício da cidadania democrática.

## **Referências**

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília-DF, 2004.

BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos para a Lei Federal nº 10.639/03**/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília-DF, 2005.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacir Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOODSON, Ivor. **O currículo em mudança: estudos na construção social do currículo**. Porto: Porto Editora, 2001.

MOREIRA, Antonio Flávio. **Currículo, utopia e pós-modernidade**. In Moreira, Antonio Flavio (Org.). Campinas: Papirus, 1997. p. 7- 28.

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Direito de Aprender: Potencializar avanços e reduzir desigualdades**. Maria de Salette Silva e Pedro Ivo Alcântara (Coord.). – Brasília, DF: UNICEF, 2009.